

43º Encontro Anual da Anpocs

SPG21 “Pensar e fazer cidades”: Expressões Estéticas e Políticas

**OCUPAR, PLANTAR, CUIDAR: Agricultura Urbana Agroecológica da Região
Metropolitana de Belo Horizonte**

Gabriel Mattos Ornelas

2019

OCUPAR, PLANTAR, CUIDAR: Agricultura Urbana Agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Gabriel Mattos Ornelas¹

“Práticas utópicas são aquelas em que a ação não é determinada pela inércia, mas escolhida conscientemente como o mais desejável: coletivos, comunidades, redes, movimentos sociais que demonstram outras possibilidades de dar forma à vida; que se organizam sem hierarquia, que trocam sem dinheiro, que se movimentam sem poluir, que constroem sem agredir, enfim, que instituem no presente imediato a partícula de sonho que desejam transformar em fato.” - Noa Cykman (2018)

A relação da *agroecologia* com o *espaço urbano* é a temática central deste trabalho, mais precisamente a reflexão sobre alguns coletivos, práticas, lugares e movimentos da agricultura urbana agroecológica da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Além disso, busco demonstrar a interação dessas experiências agroecológicas com as dimensões do direito à cidade, do comum e do bem viver, possibilitando a identificação da diversidade de uso e ocupação do solo a partir de lutas coletivas, da política do cotidiano e de outras relações socioambientais possíveis nos espaços urbanos.

Para tanto, as reflexões deste trabalho fazem parte do meu envolvimento como integrante de grupos de extensão, pesquisa e ensino em agricultura urbana² e como ativista do movimento agroecológico. Nesse sentido, a construção do conhecimento e da prática deste trabalho foram orientadas pela pesquisa-ação e pela observação participante nas visitas de campo. Parto de uma perspectiva transdisciplinar, situacional e relacional para compreender o fenômeno da agroecologia nas grandes metrópoles contemporâneas, especificamente na RMBH, articulando os campos da ciência política, das ciências socioambientais, da geografia, da antropologia urbana, entre outras áreas do conhecimento.

¹ Mestrando em Ciência Política e Graduado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisador no AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana e no Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC) - Projeto Democracia Participativa (PRODEP), ambos da UFMG. Tem experiência e interesse nas áreas de educação popular e socioambiental, agricultura urbana e agroecologia, soberania e segurança alimentar, movimentos sociais e ativismo, redes, participação, transformação institucional, planejamento regional e gestão de políticas públicas. A pesquisa de mestrado é financiada pela CAPES no âmbito do IDDC - INCT. E-mail: gabriellornelas@gmail.com.

² Meu envolvimento com a agroecologia urbana iniciou-se em 2013 a partir das oficinas organizadas pelo Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura, grupo do qual fiz parte e atuei nos projetos de extensão na periferia de Belo Horizonte. Posteriormente, integrei a equipe do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana em 2014, realizando projetos de extensão, ensino e pesquisa sobre as agriculturas e as redes de agroecologia da RMBH.

A vivência de campo permitiu estabelecer uma relação de troca com algumas teorias dos estudos urbanos e algumas práticas coletivas de agricultura urbana, possibilitando o entendimento da diversidade e da multifuncionalidade dessas práticas e também dos conflitos e das lutas específicas daqueles que vivem nas metrópoles - “paisagem habitualmente descrita como uma realidade cinzenta, indiferenciada” (Magnani, p. 85, 2003). Essa pesquisa relaciona-se com a perspectiva do direito à cidade, iniciada teoricamente por Lefebvre (2011), e com a perspectiva do antropólogo Michel Agier (2011) na compreensão do “fazer a cidade” a partir das experiências das/os cidadinas/os e de suas práticas que ocorrem nas margens, nas situações, nas relações e nos movimentos que perpassam a vida cotidiana.

Assim, este trabalho tem o objetivo de evidenciar o debate sobre agricultura urbana e as relações com o movimento agroecológico na RMBH. A proposta é identificar os sujeitos que praticam a agricultura, as suas formas de organização e a atuação em redes, além das dinâmicas e as estratégias de ações coletivas e a incidência política. O argumento é que essas redes e os coletivos que ocupam, plantam e cuidam dos espaços urbanos com base nos princípios e nos valores da *agroecologia* apontam para uma inter-relação entre o *direito à cidade*, o *fazer-cidade*, o *comum* e o *bem viver* nas cidades.

Inicialmente, será apresentada a discussão do processo de expansão urbana a partir da industrialização das cidades e a relação com o conceito do urbano utopia, evidenciando as perspectivas do direito à cidade e do “fazer-cidade”. Posteriormente, será apresentada as reflexões, no âmbito da RMBH, sobre a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) que atua na promoção e ampliação das práticas de agricultura urbana e de agroecologia na RMBH através de mobilizações sociais e organizações de reuniões presenciais e de encontros para troca de saberes e práticas, além de debates para incorporação da produção de alimentos em bases agroecológicas no planejamento urbano e nas políticas públicas. Na sessão seguinte, aprofunda-se o olhar sobre os coletivos Roots Ativa, Hortelões da Lagoinha, Escadão Agroecológico e Taboa que constroem práticas coletivas de ocupação dos espaços públicos e de equipamentos públicos de Belo Horizonte³ a partir da perspectiva agroecológica para transformação

³ Para ampliar as possibilidades de construção do conhecimento e para quem tiver curiosidade de compreender mais sobre o contexto das práticas agroecológicas em Belo Horizonte através dos recursos audiovisuais, recomendo assistir o documentário “Nenhum a Menos: Histórias de agroecologia em BH”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jYSqEJFfgMg>> Acesso em: 20/09/2019.

socioambiental e construção da política do cotidiano. Por fim, apresenta diversas considerações sobre as relações da *agroecologia* com os espaços urbanos e as convergências com as perspectivas do *direito à cidade*, do *fazer-cidade*, do *comum* e do *bem viver* nas cidades.

Para além da industrialização: o urbano utopia e a metrópole viva

“(...) o direito à cidade não é o que temos, mas aquilo que podemos fazer para realizar nossa emancipação” - Alves (2017)

As metrópoles brasileiras apresentam um processo acentuado de urbanização desigual e excludente, associado a um contínuo crescimento demográfico e espacial. Esse processo encontra-se diretamente relacionado aos conflitos e negociação entre a indução estatal, a dominação do capital industrial e imobiliário sobre os meios de produção e a atuação dos setores organizados da sociedade. Essas metrópoles são caracterizadas por um padrão socioespacial definido pelo arranjo centro-periferia, constituído por regiões centrais mais valorizadas com investimentos públicos e uma crescente concentração de atividades econômicas. Por outro lado, em algumas regiões periféricas predominam a exclusão e a precariedade socioambiental e espacial para a população trabalhadora (UFMG, 2014).

Essas transformações das regiões metropolitanas brasileiras ocorreram a partir da lógica urbano industrial na produção do espaço. Segundo Lefebvre (1999), a industrialização é marcada pela centralidade do poder na produção e reprodução do capitalismo industrial no espaço. Nesse sentido, a cidade e suas fábricas passaram a transformar os recursos naturais e a produção do campo, agregando valor para a comercialização. Essa produção ocorreu com a indução estatal a partir de leis para garantir as relações de propriedade privada, a concentração do mercado e a livre circulação de mercadorias, resultando nas aglomerações humanas, principalmente do proletariado (Monte-Mór, 2006).

De acordo com a análise de Lefebvre (1999), a partir de seus estudos no contexto europeu, a extensão do tecido urbano para seu entorno e para a periferia da cidade é denominada processo de explosão da cidade no espaço regional. Essa explosão carrega

consigo a provisão estatal das condições gerais de produção⁴ para urbanização industrial. Assim, segundo Monte-Mór (2006), o espaço urbanizado é constituído pelas reivindicações e as demandas da produção industrial, da reprodução social e da força de trabalho direcionadas ao Estado. As cidades grandes vão se expandindo sobre as periferias para atender as necessidades das indústrias, gerando as metrópoles⁵.

Monte-Mór (2015) também aponta, a partir da perspectiva do direito à cidade de Lefebvre (2011), a possibilidade de identificar no urbano dois sentidos dialéticos que estão presentes na complexidade da urbanização contemporânea: o urbano-industrial e o urbano-utopia. Segundo o autor, o processo espacial da extensão do urbano-industrial, por ele denominado “urbanização extensiva”, leva as condições gerais de produção e ao mesmo tempo carrega, dialeticamente, o urbano-utopia que pode ser entendido como a politização dos espaços sociais e a revolução do cotidiano:

estendendo e fortalecendo a cidadania, e eventualmente resgatando formas de vida e modos de integração econômica que podem dar origem a novas invenções de processos e formas socioespaciais (...) caracterizada por novas relações com a natureza (ibidem, p.60).

Nesse sentido, o urbano lefebvriano, caracterizado pela superação do urbano-industrial, reconfigura-se como urbano-utopia que, através da vida cotidiana, apresenta outras possibilidades e alternativas para além da industrialização e da especulação imobiliária. No urbano-utopia os ideais de vontade, coragem e o sentido da produção da cidade pela via da cidadania se impõem como alternativas à lógica neoliberal (ibidem). Nesse sentido, é importante considerar a noção de direito à cidade de Lefebvre (2011) que se expressa a partir da luta política pela emancipação nos espaços urbanos e a afirmação das diferenças frente ao modo de produção capitalista, prevalecendo a apropriação e uso do espaço pelas pessoas - direito à apropriação - e a restauração da cidade como obra coletiva da cidadania - direito a obra (Lefebvre, 2011). O direito à apropriação aponta para uma forma de vida que está orientada pelo valor de uso ou pelo fazer-comum,

⁴ De acordo com Monte-Mór (2006), as condições gerais de produção podem ser caracterizadas pelo investimentos em infraestrutura básica e serviços para o capital e para reprodução da força de trabalho, transporte, comunicações, garantia dos meios de consumo coletivo, entre outros.

⁵ Essa intensificação do processo de expansão urbana industrial gerou o aumento da percepção sobre as questões ambientais no contexto das metrópoles. Para Jacobi (2006), a ampliação do modo de produção industrial e a morosidade na resolução dos problemas ambientais têm ocasionado um complexo campo de conflitos socioambientais e trazido diversas consequências como, por exemplo: a redução de áreas verdes e o aumento de enchentes; a dificuldade na gestão dos resíduos sólidos; o agravamento dos efeitos da poluição do ar na saúde; e a contaminação e degradação dos recursos hídricos.

sobrepondo o valor de troca das cidades mercantilizadas. De acordo com Alves (2017) é importante compreender:

o direito à cidade como aquela prática constituinte que nos abre a comunicação com o outro diferente para, juntos, produzirmos espaço diferencial, isto é, a partir de nossas singularidades. Assim, o verbo do direito à cidade não é a troca, mas, sim, o fazer-comum. O fazer-comum que, agora, confunde-se com o direito à cidade envolve, portanto, práticas que não resultam em propriedade privada. A reapropriação presente no direito à cidade dialoga diretamente contra as formas de alienação e em favor da emancipação humana. Pelo uso ou fazer-comum reencontramo-nos com os objetos que produzimos e com as pessoas com as quais produzimos. (p.12)

Para o antropólogo Michel Agier (2015), o conceito de direito à cidade apresenta-se como um significante vazio, necessitando de uma declinação pragmática. Para tanto, apresenta a perspectiva do “fazer-cidade” para instauração do direito à cidade ao estudar e compreender as experiências das/os cidadinas/os e suas práticas que ocorrem nas margens, nas situações, nas relações e nos movimentos que perpassam a vida cotidiana. Assim, é possível identificar qual sentido e de que matéria é preenchida o significante vazio do direito à cidade a partir do objeto real e observável do “fazer-cidade” e a formação de lugares pela agência das/os cidadinas/os. Além disso, o antropólogo também afasta-se de uma representação preestabelecida e normativa da cidade, já que as definições de lugares são contextuais e processuais. Portanto, os estudos urbanos, na perspectiva de Agier (2011), tem o potencial de compreender as dinâmicas, os processos e as interações socioculturais contemporâneas presentes em contextos urbanos em movimento, ou seja, em uma cidade e/ou metrópole viva.

A partir dessas perspectivas teóricas, a seção seguinte tem o propósito de compreender as dinâmicas, os processos e as interações socioambientais e políticas presentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente na atuação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU e suas ações para promover e ampliar as práticas de agricultura urbana e de agroecologia.

O movimento da metrópole: articulações e redes de agroecologia na RMBH

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) constituiu-se a partir da predominância da expansão urbana sob a lógica do capital industrial e imobiliário, configurando um intenso processo de valorização e aumento do preço da terra e comprometendo os espaços rurais e as atividades agrícolas nas cidades industrializadas. Diante desse

processo, geralmente ocorre a inviabilidade da permanência e/ou a invisibilidade dos sujeitos que praticam a agricultura, além de diminuir a disponibilidade de terras para produção agrícola e aumentar os conflitos ambientais. De acordo com Costa e Almeida (2012):

A carência de conhecimentos sobre a relação entre a agricultura e a cidade observada na literatura que trata das abordagens contemporâneas sobre as transformações sócio-espaciais no contexto brasileiro indica um desconhecimento e um desperdício da riqueza acumulada nos saberes, práticas e agentes da agricultura urbana e contribui para que estas experiências sejam consideradas muito frágeis, localizadas ou irrelevantes. As práticas agrícolas urbanas são experiências disponíveis aqui e agora e a amplificação simbólica das tendências e possibilidades que apontam pode contribuir para ampliar o campo das alternativas possíveis para a politização da vida cotidiana, para o enfrentamento da crise urbana e para a formulação de políticas públicas que articulem questões urbanas e ambientais em regiões metropolitanas. (p.5)

Apesar desse cenário de invisibilidade das práticas agrícolas na dinâmica metropolitana devido a predominância da lógica industrial, essa temática também não configura-se como prioridade nas ações e políticas públicas de âmbito regional. Diante desse contexto, a sociedade civil organiza-se em redes para mobilizar e incidir em processos sociais e políticos, possibilitando a promoção e ampliação da produção de alimentos de base agroecológica. Nos 34 municípios que compõem a RMBH, existem diversas propriedades de agriculturas familiares, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, além de ocupações urbanas que praticam a agricultura (Almeida, 2016). Ademais, as agriculturas que ocorrem nas cidades mais industrializadas, ou seja, as agriculturas urbanas⁶ apresentam diversas funções e podem estar associadas às “estratégias de reprodução de famílias de baixa renda; estar orientadas para o mercado; ser realizadas como uma forma de lazer e de terapia, bem como motivadas por preocupações ambientais” (2016, p.378). Essas diversas práticas de agriculturas na RMBH, principalmente as de base agroecológica, apontam para outras relações socioespaciais possíveis no território metropolitano, articulando a agricultura com as dimensões sociais, ambientais e econômicas.

⁶ De acordo com Almeida (2016), o conceito de agricultura encontra-se em disputa a partir de um cenário de mobilização e organização social, de processos e dinâmicas de institucionalização e de apropriação pela lógica neoliberal. O conceito pode apresentar diversas perspectivas de acordo com a dimensão - social, econômica, territorial, ambiental, política e outras - e as características evidenciadas nas diversas experiências de agricultura urbana, além das suas especificidades no Sul e Norte global. Nesse sentido, ressalta-se que o enfoque deste trabalho é na relação entre agricultura urbana com a perspectiva crítica da agroecologia.

Nesse contexto, é importante apresentar o conceito da Agroecologia, devido a sua centralidade neste trabalho. De acordo com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a definição do conceito de Agroecologia está ancorada na dimensão da prática social, do movimento político e da ciência. Nesse sentido, é uma prática social e metodológica orientada para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e um movimento político que denuncia e anuncia outros modos de vida para transformação ambiental, social e econômica⁷. Por fim, é uma ciência que interage e associa os saberes e as práticas tradicionais com diferentes áreas do conhecimento de maneira sistêmica e na perspectiva da transdisciplinaridade. Assim, a agroecologia implica “em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na conservação e manejo dos recursos naturais, na perspectiva de um bem viver” (ABA, 2017, p.1). A visão sistêmica da agroecologia pensa desde a produção até o consumo do alimento para conservar e manejar os agroecossistemas dos espaços rurais e dos espaços urbanos. Nesse sentido, a articulação entre o movimento de agroecologia e as experiências de agricultura urbana tem permitido, segundo Almeida e Biazoti (2017) :

o reconhecimento das histórias e das práticas de agricultura para a cidade, na cidade e da cidade e amplia as possibilidades de relação da população urbana com a natureza e com a agricultura (...) A aproximação do campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma “agroecologia urbana” (...) é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo-cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto locus de produção e reprodução da vida. (p.4)

A Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) tem centralidade no debate político sobre a agroecologia e a relação campo-cidade, constituindo-se como uma organização protagonista e de referência na RMBH. A articulação foi criada em 2004 e é formada a partir do envolvimento e colaboração horizontal entre representantes da sociedade civil, de grupos comunitários, de agricultoras/es e de movimentos sociais que atuam na construção da agroecologia e agricultura urbana. O principal objetivo da articulação é organizar e fortalecer as/os agricultores/as urbanas/os, atuando em rede para promover encontros de formação e de compartilhamento de saberes e práticas como, por exemplo, os mutirões agroecológicos e as trocas de sementes e mudas.

⁷ O movimento agroecológico apresenta uma crítica aos padrões socialmente excludentes (concentração da posse da terra) e ambientalmente predatórios (monoculturas, adubos químicos e agrotóxicos) que caracterizam a agronegócio, organizando em redes regionais para denunciar esse modelo no plano político (Caporal e Petersen, 2012).

Na análise realizada a partir do projeto de extensão⁸ que participei no âmbito do AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana, foram identificados na composição da rede da AMAU diversos grupos, coletivos, organizações sociais, empreendimentos, movimentos sociais e pessoas interessadas pela temática da agroecologia. Além disso, esses sujeitos e organizações apresentam demandas e lutas que convergem e dialogam com as pautas da agroecologia como, por exemplo, a reforma agrária, feminismo, saúde coletiva e alimentação saudável, economia solidária, segurança alimentar e nutricional, justiça ambiental, comunicação e cultura popular, reforma urbana e direito à cidade, entre outras. Também é importante evidenciar a participação de organizações de assessoria, pesquisadores e estudantes de diversas áreas.

Os encontros, atividades e eventos organizados pela AMAU favorecem a troca de saberes e práticas e a formação coletiva entre as/os agricultoras/es urbanas/os e as pessoas e os grupos envolvidos. Além disso, em sua carta política, elaborada após encontro de 10 anos, são apresentadas as reivindicações para construção de políticas públicas, evidenciando as múltiplas funcionalidades da agroecologia conforme a citação abaixo:

As diversas atividades da agroecologia permeiam outros setores da sociedade desempenhando funções diversas. Dentre tantas outras atividades que geram alimento, trabalho e renda, a agricultura passa pelo reaproveitamento de resíduos na produção de adubos naturais, pela jardinagem, poda e limpeza urbana, pela preservação de nascentes e APPs, pela recuperação de áreas degradadas e de risco, pela arborização e permeabilidade do solo, pelas farmácias vivas (plantas medicinais) e pelos viveiros de mudas, pelas hortas escolares e pedagógicas, pela criação de animais como galinhas, codornas, porcos, gado e coelhos. Ressalta-se, diante da importância da função social e ambiental das práticas agrícolas na cidade e no campo, que é fundamental o apoio do poder público para o avanço e consolidação das experiências em agroecologia na RMBH. Governo, setor privado e sociedade civil devem se organizar para construir políticas públicas de apoio e fomento à produção e comercialização de alimentos agroecológicos (AMAU, 2015, p.20)

Nos encontros da AMAU também são discutidas propostas a partir do direito à cidade e do direito à alimentação adequada e saudável para incorporação das pautas da agroecologia

⁸ Em 2014, fui bolsista no projeto “Cultivando Outra Cidade: Experiências e Cartografias Sociais da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana”, realizado pelo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. A metodologia estruturante do projeto foi pesquisa-ação para fortalecimento da AMAU, além de contribuir para a visibilidade e a promoção de iniciativas relacionadas à agricultura na RMBH. Os métodos da pesquisa consistiu na análise documental (atas de reunião, fotos e documentos), levantamento histórico, entrevistas semi-estruturadas com os integrantes da AMAU e sistematização das visitas de campo. Também foram realizadas visitas em municípios para caracterização e mapeamento das práticas de agricultura da RMBH e experiências das/os agricultoras/es vinculadas/os a AMAU. Os resultados desse envolvimento estão registrados na minha monografia - informações que também possibilitaram o embasamento deste trabalho (Ornelas, 2017).

nas políticas públicas e no planejamento urbano local e regional. Toda essa mobilização social e esses debates ganharam grande repercussão e tem tornado o município de Belo Horizonte uma referência nacional da pauta da agricultura urbana. Em 2018, o município sediou IV Encontro Nacional de Agroecologia que teve como tema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”, possibilitando a ampliação desses debates sobre a conexão entre a agricultura urbana e agroecologia.

Dentre os projetos em parceria com a AMAU, destacam-se as ações do coletivo Agroecologia na Periferia que tem como objetivo promover a agroecologia por meio de oficinas de capacitações, mutirões e intercâmbios em ocupações urbanas da RMBH, principalmente na ocupação Izidora⁹. A partir da construção de uma metodologia participativa, o projeto visa incentivar o cultivo de alimentos agroecológicos nas moradias das ocupações através da realização de oficinas práticas, mapeamento das iniciativas e a formação de promotores de agroecologia nas comunidades. As ações ganharam grande visibilidade, repercutindo em uma cooperação com a prefeitura através do projeto Territórios Sustentáveis.

Além das ações da AMAU, recentemente foram criadas outras redes que atuam na RMBH. Destacam-se a Rede Urbana de Agroecologia Urbana - RUA Metropolitana, a Articulação Embaúba - Raizeiras, Benzedeiros e Parteiras e o Sistema de Garantia Participativa da RMBH, vinculado a Associação Horizontes Agroecológicos. A interação entre essas redes possibilita a comunicação, o compartilhamento de informação, o acesso diferenciado a recursos de poder simbólicos e materiais, fortalecendo a incidência política e a participação popular nas políticas públicas. Essas dinâmicas de redes ampliadas configura-se como uma estrutura que envolve diferentes sujeitos e atores, cuja a unidade está relacionada aos objetivos comuns e a agroecologia (Fleury, 2005). É importante ressaltar que muitas dessas redes e das iniciativas de agroecologia recebem o apoio técnico de organizações como a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas -

⁹ As três ocupações Vitória, Rosa Leão e Esperança estão localizadas na área da Izidora na região norte da RMBH, entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, e surgiram concomitantemente durante o ano de 2013, representando o maior conflito fundiário da América Latina. Para quem tiver interesse em compreender o processo de construção da agroecologia nas ocupações da Izidora, uma versão detalhada foi escrita por Galera e Fonseca (2019) e está disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=881>> acesso em: 20/09/2019.

REDE, de diversos grupos acadêmicos de extensão, pesquisa e ensino¹⁰ e de algumas prefeituras. Além de tudo, as/os agricultoras/es e os empreendimentos de economia solidária comercializam em feiras construídas nos processos de articulação entre essas redes.

Ocupar, plantar e cuidar: práticas coletivas e o “fazer-cidade”

“A ocupação urbana é um agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade” - Agier (2015).

Essa seção tem o objetivo de evidenciar algumas práticas coletivas de agricultura urbana agroecológica da cidade de Belo Horizonte, principalmente as experiências que apontam para outras possibilidades de ocupação e uso do solo e para outras relações socioambientais possíveis no espaço urbano. Esses grupos desenvolvem importantes trabalhos de promoção e difusão das práticas e dos valores da agroecologia, principalmente nas periferias, nas margens e nos vazios urbanos. Contemplo-me com as palavras de Agier (2015), já que:

interesse-me por diferentes aspectos desta questão: a fundação da cidade desde as margens urbanas - bairros populares ou "invasões", estabelecimentos provisórios de migrantes, campos de refugiados - ou, para dizer de modo mais geral, interesse-me por pensar a cidade a partir dos espaços precários e de um certo despojamento de bens, de sentidos e de relações (p. 487)

Na cidade de Belo Horizonte, apesar de possuir todo o zoneamento do município como urbano, existem diversas práticas agrícolas nos quintais e hortas comunitárias, nas vilas e favelas, nas ocupações urbanas, nos terreiros e até em alguns programas e projetos de governos locais¹¹ (Coutinho e Costa, 2011). Ressalta-se também a dimensão imaterial dessas práticas presentes “nos saberes, nas receitas caseiras, no conhecimento das

¹⁰ Os grupos e núcleos de pesquisa que atuam na RMBH e no Colar Metropolitano que foram identificados durante a pesquisa são: Grupo Aroeira, AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana e AgroÊ, vinculados à UFMG; o Programa de Extensão SoFiA do CEFET-MG; o Mutiró e o Grupo Kaypora, da UEMG; o Balaio da UFV; e o Grupo Guayi, vinculado à UFSJ.

¹¹ A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) apresenta uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente como referência para estudos e implantação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Ressalta-se ao longo dos últimos 25 anos a criação dos Centros de Vivência Agroecológica (CEVAEs) em 1993, projeto inovador com participação comunitária, o Direto da Roça, ABasteCer, Hortas Escolares e o Circuito de Educação Alimentar e Nutricional no Banco de Alimentos. Atualmente, a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) tem proposto uma reestruturação organizacional e programática a partir da perspectiva agroecológica. As inovações estão relacionadas com a construção participativa e em redes de um conjunto de ações intersetoriais e de serviços como, por exemplo, os projetos Territórios Sustentáveis e Trilha Agroecológica.

plantas, nas histórias, na música e na arte” (Costa, Santos, Costa, 2013, p.117). Segundo Almada (2010):

A Agricultura Urbana tem importância do ponto de vista ético e cultural. Os saberes ecológicos dessas populações podem contribuir de forma determinante para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos espaços urbanos, subvertendo parcialmente a dependência do fluxo de alimentos do campo para a cidade. A prospecção de princípios ativos em plantas medicinais que ocorre basicamente nas zonas rurais e em meio aos povos da floresta, entretanto pode também ganhar espaço nas áreas urbanas nos ervanários, hortas e quintais urbanos. Quantas parteiras e benzedadeiras existem nas metrópoles e quais são os saberes guardados e invisíveis nesses homens e mulheres? Essas práticas resistentes na cidade, resultado da mescla de saberes, podem também ser objeto de investigação etnoecológica, potencializando os saberes ecológicos como forma de promover o bem-estar humano nas cidades.

Durante a pesquisa, alguns lugares e coletivos ganharam visibilidade a partir dos diversos quintais produtivos e hortas comunitárias, como o grupo Frutos da União, no bairro Ribeiro de Abreu; a Horta Comunitária da Vila Pinho e o Jardim Produtivo, no Barreiro; a Horta Comunitária da Vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra; o Pomar do Bairro das Indústrias; o Ervanário São Francisco de Assis, na divisa de Belo Horizonte com o município de Sabará; e as hortas nas ocupações urbanas.

Diante dessa diversidade de práticas de agricultura urbana e suas múltiplas dimensões, esse trabalho pretende ressaltar algumas experiências de coletivos visitadas durante a pesquisa de campo, principalmente as ocupações de espaços públicos (vazios urbanos) e de equipamentos públicos. De acordo com Perez e Filho (2017), os coletivos podem ser definidos “enquanto formas de mobilização da sociedade civil regidas pelos princípios da horizontalidade, não institucionalidade, temporalidade e auto-organização” (p. 270). Assim, serão descritas as formas de organização e algumas ações dos seguintes coletivos: Roots Ativa, Hortelões da Lagoinha, Escadão Agroecológico e Taboa - Agroecologia no Brejinho¹².

Na Vila Nossa Senhora de Fátima, no Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte, encontra-se o coletivo Roots Ativa - grupo de jovens da cultura Rastafári que atuam na perspectiva da autogestão, da agroecologia, da permacultura e da economia solidária. Tive a oportunidade de conhecer essa experiência a partir das caravanas e

¹² Cada uma dessas experiências apresentam singularidades e especificidades que necessitariam de mais páginas para descrevê-las com mais detalhes. Porém, a proposta de apresentá-las conjuntamente tem o objetivo de mostrar a diversidade de “fazer-cidade” a partir dos princípios e valores da agroecologia.

intercâmbios agroecológicos¹³, de outros encontros na sede do coletivo e também nos encontros da AMAU. Para acessar a sede do Roots Ativa é necessário atravessar todo o aglomerado e ao chegar no local é perceptível o contraste entre a estética do ambiente construído das favelas e a estética da ocupação do coletivo a partir dos princípios da permacultura e da agroecologia. São realizadas diversas atividades de preservação ambiental, cultivo de alimentos em agrofloresta, farmácia natural e gestão de resíduos orgânicos na comunidade. A partir do projeto Vida Composta, que tem o objetivo de formar e gerar renda para os jovens da comunidade, é feita a coleta, gestão comunitária e beneficiamento dos resíduos orgânicos através de minhocários e compostagem para produção de adubos e insumo agrícolas naturais, mudas e horta. A produção de alimentos vegetarianos e veganos são comercializados em feiras e/ou por encomendas. O coletivo também utiliza várias tecnologias sociais como, por exemplo, saneamento ecológico e círculo de bananeira para o tratamento dos efluentes da vizinhança, banheiro seco, construção a partir de materiais reciclados, entre outras. Além disso, são realizadas diversas atividades de educação popular, oficinas, saraus e eventos. Destaca-se também o projeto Preta Linda Sou focado no empoderamento e na beleza negra para geração de renda para as mulheres da comunidade.

No que tange a ocupação dos vazios urbanos da cidade, os coletivos Hortelões da Lagoinha e o Escadão Agroecológico transformaram através das práticas agroecológicas espaços ocupados por “monoculturas de gramas” e que não tinham nenhuma função social. São ocupações que mudam esteticamente e socialmente os lugares, articulando discussões políticas, ambientais, culturais e artísticas.

Na Avenida Antônio Carlos, uma das mais movimentadas de Belo Horizonte, no vai e vem dos automóveis, saltasse aos olhos três hortas mandalas com uma diversidade de plantas e cores - foi assim, olhando pela janela do ônibus, o meu primeiro contato com a Horta do Quintal do Sô Antônio construída pelo coletivo Hortelões da Lagoinha, no bairro Lagoinha, região central da cidade. É importante ressaltar que o bairro Lagoinha é reconhecido pela falta de infraestrutura de serviços e de comércio e também é estigmatizado por ser uma região violenta devido a presença de muitas pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. Na primeira visita foi possível perceber o microclima e o micro

¹³ Caravanas e intercâmbios consistem em uma metodologia para organização de visitas coletivas em experiências de agroecologia para troca de saberes populares e para construção coletiva do conhecimento.

ecossistema criado pela horta ao lado da avenida: a nutrição do solo; a diversidade de cores e plantas alimentícias, medicinais e ornamentais (flores e suculentas); diversidade de animais como borboletas e pássaros. O coletivo autogestionado foi idealizado por algumas moradoras do Bairro Lagoinha, estudantes universitários, professoras, e profissionais de diversas áreas do conhecimento. A proposta do grupo é criar “laboratórios a céu aberto” que estimulem as práticas da agroecologia urbana e o cultivo de hortaliças, verduras, frutas e plantas medicinais ou plantas de poder; melhorar a qualidade de vida no bairro; conscientização ambiental e alimentar; e fomentar a cultura através de atividades de lazer, saraus, teatro, confraternizações e ações educativas junto às crianças, à população em situação de rua, moradores do bairro e da região. A construção das três hortas mandalas ocorreu em cooperação com os terreiros locais de matriz africana, em parceria com alguns projetos da UFMG e de ONG`s e, posteriormente, com a prefeitura. Além disso, alguns alimentos são coletados por um restaurante vizinho da horta para preparar refeições. A iniciativa tem possibilitado a revitalização da região a partir da interação com algumas ações para agitar a cultura e o turismo na região como o projeto Viva Lagoinha, permitindo ampliar o sentimento de pertencimento das moradoras e o acolhimento das pessoas em situação de rua.

Já o Escadão Agroecológico, está localizado no bairro Esplanada, zona leste de Belo Horizonte. A ocupação do vazio urbano ocorreu após um encontro de trocas e doações de sementes e mudas idealizado por um dos egressos do curso de agroecologia realizado pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) - Trilha Agroecológica. O coletivo constitui-se de um grupo de moradores do bairro que se organizam a partir de mutirões de limpeza, intervenções artísticas, plantio da agrofloresta e eventos de valorização da cultura popular como os cortejos de maracatu. É importante ressaltar que a iniciativa recebeu o prêmio de Iniciativa Inovadora concedido pela da 5ª Conferência Municipal de Políticas Urbanas de Belo Horizonte.

Por fim, o coletivo Taboa¹⁴ (Transformação Agroecológica do Brejinho e Outras Áreas) demonstra o potencial da ocupação e revitalização de equipamentos públicos que são

¹⁴ O nome do coletivo faz referência a planta Taboa (*Thypha domingensis*) presente em grandes quantidades no brejo e ao redor das nascentes do Parque do Brejinho. Ao ocupar a área do parque, o coletivo pesquisou sobre a planta e descobriu suas diversas funções e propriedades: ajuda a descontaminar as águas de bactérias e metais pesados; utilizada para confecção de papéis, artesanatos, flechas,

abandonados pelo poder público ou que apresentam uma gestão sem investimento ou sem participação popular. O coletivo constrói uma agrofloresta no Parque do Brejinho¹⁵ no Bairro São Francisco, região norte de Belo Horizonte, e é formado por integrantes da associação comunitária do bairro, moradores e estudantes universitários na perspectiva da auto gestão descentralizada e participativa, além das parcerias com o projeto Manuelzão, Comitê de Bacia dos Rio das Velhas e com a equipe da SUSAN. Através de pesquisas e de mutirões orientados pelos princípios da agroecologia, são realizadas diversas ações para conservar a biodiversidade, proteger as nascentes e a micro bacia, manejar as áreas degradadas, propondo junto com a comunidade local a criação de um espaço produtivo, acolhedor e articulado com atividades culturais e artísticas - festas, rodas de coco e capoeira - para ressignificação tanto do espaço como do nome - “Parque Agroecológico do Brejinho”. O coletivo também luta por maiores investimentos do poder público para revitalização de algumas áreas do parque, mas desde que as ações sejam construídas a partir da participação popular. As visitas nos mutirões e nos eventos realizados no Parque do Brejinho foram bastante inspiradoras, resultando no título deste trabalho que tem como base o depoimento de uma das lideranças que atua na defesa do espaço, antes mesmo de se tornar um parque. Segundo essa liderança, “não adianta ficarmos esperando os órgãos públicos (...) nós temos que invadir, no bom sentido né, plantar e cuidar e é o que estamos fazendo”, ou seja, *ocupar, plantar e cuidar* dos espaços e equipamentos públicos.

Algumas considerações sobre a partilha das práticas de agroecologia

As ações e iniciativas realizadas pelas redes, coletivos e organizações da RMBH descritas neste trabalho, permitem identificar os processos de construção e ampliação da agricultura urbana de base agroecológica no contexto urbano e as resistências frente à lógica industrial e capitalista. A interação e o diálogo estabelecido entre agricultores/as, organizações da sociedade civil, poder público, movimentos sociais, coletivos, ativistas, universidades e outros atores têm favorecido a construção de relações horizontais,

enchimento de travesseiros, almofadas e colchões; tem diversas propriedades medicinais; trata lesões de pele; serve de alimento para peixes; e é comestível (Planta Alimentícia Não Convencionais - PANC).

¹⁵ A luta para construção e revitalização do Parque do Brejinho ocorre desde 1997 e, apesar da formalização do espaço como parque e do recebimento de alguns recursos via Orçamento Participativo, os investimentos não foram realizados conforme planejado e a obras estão incompletas.

reflexões sobre cotidiano e diversas transformações com base nos princípios da agroecologia.

A partir dessas diversas articulações e dos diferentes engajamentos que atravessam a militância agroecológica, percebemos que, ao pensar não só a transformação de todo o processo de produção agrícola, mas também uma profunda reconfiguração das relações capitalistas, racistas, antropocêntricas e patriarcais que estruturam as ciências, as tecnologias e o socius de maneira geral, o movimento agroecológico nos dá pistas sobre formas de articulação combativas à tentativa massificadora do projeto neoliberal ao mesmo tempo em que traz mudanças nas formas de participação política (Costa, 2017, p.10)

Essas ações e atividades possibilitam o fortalecimento de articulações pioneiras, como a AMAU, além da criação de novos espaços de debate e outras redes em um processo constante de retroalimentação e fortalecimento mútuo. Assim, as estratégias são elaboradas a partir da necessidade de identificação e organização de agricultoras/es e da articulação entre as redes, fortalecendo os espaços de construção da agroecologia na RMBH.

Sobre os coletivos e as experiências apresentadas, ainda que seja reconhecida toda a singularidade e especificidade de cada uma das quatro práticas coletivas visitadas em campo, as breves descrições realizadas permitem identificar e articular características e dimensões em comum e, principalmente, a conjunção entre *ocupar*, *plantar* e *cuidar*. No que diz respeito à ocupação, esses coletivos evidenciam outras possibilidades de uso e ocupação do solo urbano a partir dos princípios da agroecologia, da autogestão e, conseqüentemente, realizam o fazer-cidade. De acordo com Agier (2015):

Na acumulação destes três efeitos de invasão/ ocupação/ instalação encontra-se o movimento do direito à cidade enquanto direito de estar ali e de ali levar uma vida urbana. É neste momento, nesta pragmática, que o fazer-cidade se torna objeto real e observável do “direito à cidade”. Para além da necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares, por mais precários que sejam, esta dinâmica da cidade e do agir urbano mostra o estreito vínculo entre a mobilidade das pessoas e a expansão urbana, esta última sendo uma condição para a sedentarização ainda que provisória e da ancoragem local das pessoas em movimento. (p.493)

Além de tornar efetivo o “direito à cidade”, essas experiências também plantam nos lugares que ocupam e cultivam uma outra cidade em cooperação entre humanos e não humanos, construindo hortas, agroflorestas e preservando nascentes, mas também “plantando” e “cultivando” utopias e outras relações socioambientais, econômicas, solidárias e, principalmente políticas.

Se a política formal é muitas vezes vista como “externa”, exercida por “profissionais”, limitada ao período eleitoral, essa política do cotidiano que emerge

a partir da relação das hortas está dentro e fora, é exercida por uma diversidade de habitantes da cidade e no dia-a-dia. O engajamento através das hortas se torna propulsor de uma multiplicidade de outros engajamentos, na espiral de participação política (...). Uma multimilitância que faz circular por realidades e espaços diversos da cidade, faz apreendê-la mutissituadamente. E essa circulação, por sua vez, é importante para a própria noção de política, já que fortalece contatos, estende redes, amplia um circuito-em-cultivo de ajudas, amparos, materiais, soluções, influências... (Machini, 2018, p. 196)

Essa política do cotidiano realizada pelas/os cidadinas/os que transforma os lugares da cidade configura-se como um “agir urbano” (Agier, 2015). Além do mais, essa ocupação dos espaços urbanos e dos equipamentos públicos abandonados pelo poder público ocorrem fora do âmbito do Estado e do mercado ou dos regimes públicos e privados de propriedade, evidenciando a construção do *comum*. De acordo com Tonucci Filho (2017), “o comum designa os bens, espaços e recursos (materiais e/ou imateriais) que são produzidos e apropriados coletivamente por uma dada comunidade por meio de práticas e relações de compartilhamento e reciprocidade” (p.27). Nesse sentido, os espaços e recursos se tornam *comum* a partir de uma prática coletiva de gestão, de cultivo e de trocas não mercantilizadas, ou seja, através das práticas do fazer-comum (Dardot e Laval, 2015).

Por fim, a dimensão do *cuidar* se estabelece por meio das múltiplas funcionalidades da agroecologia no que diz respeito à questão ambiental: conservação e manejo dos espaços, preservação de nascentes, recuperação de áreas degradadas, arborização e permeabilidade do solo, farmácias vivas e plantas medicinais, reaproveitamento de resíduos orgânicos para produção de adubos naturais, entre outras. Além disso, evidencia-se a dimensão do cuidado coletivo e a importância da alimentação para a saúde e sociabilidade, já que nos encontros e mutirões agroecológicos são partilhados alimentos naturais preparados ou trazidos por cada integrante do coletivo e são compartilhadas receitas culinárias, saberes e sabores. Esses rituais de “comer junto” são fundamentais para politização da alimentação de base agroecológica e do consumo consciente, além de fortalecer a solidariedade grupal e partilha dos alimentos e outros significados - “é o momento de conversar sobre as atividades ocorridas ou por acontecer, estabelecer novos contatos ou simplesmente “jogar conversa fora” (Costa, 2017). O cuidar também pode ser interpretado a partir do conceito de *bem viver*, em outras palavras:

o que se propõe ao fazer uso desse conceito é o abandono da lógica do “viver melhor” pregado pelo capitalismo – entendido como a liberdade que um setor da

sociedade tem de consumir cada vez mais, em detrimento da maioria – e assumir a lógica do “viver bem” como direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente saudável (Costa, 2017).

Nesse sentido, a proposta do *bem viver*, termo oriundo da filosofia de povos andinos, aproxima-se da dimensão do cuidado das práticas coletivas de agroecologia a partir da crítica ao modelo desenvolvimentista e capitalista, propondo alternativas concretas para integração da humanidade com a natureza, recompondo natureza/cultura e atribuindo direitos ao meio ambiente (Acosta, 2012). Os coletivos também organizam ciclo expedições para visitar algumas experiências agroecológicas e incentivar o uso de bicicletas como um meio de transporte mais ecológico.

É fundamental ressaltar também o protagonismo das mulheres nos coletivos estudados, desde a criação até a organização das ações - em consonância com o movimento agroecológico nacional que reforça o papel das mulheres na construção da agroecologia sob uma perspectiva crítica e transformadora e sua afirmação através do lema “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”. Outra dimensão importante percebida nos encontros e ações dos coletivos de agroecologia é a cultura popular, possibilitando retomar a complementaridade agri-cultura que foi apagada pela agricultura industrial ou agro-negócio e que estão presentes nas identidades e expressões culturais dos povos e comunidades tradicionais e do campesinato. Assim, as ocupações promovem, durante as ações e os mutirões, rodas de capoeira, coco, cortejos de maracatu, saraus, teatro e outras atividades que resgatam a cultura popular.

Em suma, as ações das redes e dos coletivos que *ocupam, plantam e cuidam* dos espaços urbanos com base nos princípios e nos valores da *agroecologia* apontam para uma inter-relação entre o *direito à cidade*, o *fazer-cidade*, o *comum* e o *bem viver* nas cidades.

Referências bibliográficas

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. Aspectos Conceituais sobre a Agroecologia. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo In. Um campeão visto de perto. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Boell, 2012.

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011. 216p.

AGIER, Michel. Do Direito à Cidade ao Fazer-Cidade. O ANTRÓPOLOGO, A MARGEM E O CENTRO. Mana, Rio de Janeiro , v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015 .

ALMADA, E. D. Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. In: Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia. Campinas, SP, v. 5, 2010, p. 1-25.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese. Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo; Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 2017.

ALVES, Rafael de Oliveira. Fazer-comum e direito à cidade: elementos para o debate e ação. XVII ENANPUR. São Paulo. 2017

AMAU. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. Carta Política – 10 anos. 2015.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. Agroecología, v. 6, p. 63-74, 2012.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial?. Cadernos de estudos culturais, Campo Grande, MS, v. 4, n. 8, p. 61 – 78, jul./dez. 2012.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (Eco)feminismos e "Bem-viver": Emergências Decoloniais no Movimentos Ambientalista Brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. Geografias, v. 13, p. 81-97, 2011.

CYKMAN, Noa. Na curva da espiral: limite, alteridade, utopia. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Primera edición. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogo, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 77-89, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais, v. 25, p.115-34, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. Nas fissuras do concreto: Política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2018

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, Apr. 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. p.14, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Orgs.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015. p. 55-69.

ORNELAS, Gabriel Mattos. *Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH*. 2017. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PEREZ, Olivia Cristina. FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. *Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil*. *Latitude*, Vol. 11, no 1, pp. 255-294, 2017

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Belo Horizonte: UFMG, Tese de Doutorado em Geografia, 2017.

UFMG. *Plano Metropolitano / Macrozoneamento da RMBH. Produto 02. Avaliação das Tendências Recentes da Dinâmica Territorial da RMBH e Identificação Preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano*. Belo Horizonte, 2014.